



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 09 DE
FEVEREIRO DE 2018 - Nº 3/2018 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, António da Conceição Moreira e João Pedro Costa Arraiolos. Secretariou a reunião, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de apoio à Presidência.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 01 - Agradecimento pela oferta de 8 Kg de Bolo Rei aos utentes da Instituição

Requerente: Fundação José Relvas

Para conhecimento:

Ponto 2 - Pronúncia escrita da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sobre situação dos CTT.

Requerente: ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Para conhecimento:

Ponto 3 – Despacho de nomeação em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 1 de fevereiro de 2018 inclusive, do Dr. Nuno Miguel Tendeiro Paulino, para o cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para conhecimento:

Ponto 4- Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de



contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Museologia)

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Janeiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 5 - Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Proteção Civil)

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Janeiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 6 – Proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Alpiarça, para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, nos termos da lei 73/2013 de 3 de setembro

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 7 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um baile de máscaras, no Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho, sito na Rua 25 de Abril, nº 126, Casalinho, em Alpiarça, com início às 21h00 do dia 9 de fevereiro de 2018, e termo às 02h00 do dia 10 de fevereiro de 2018.

Solicita isenção de pagamento de taxas, em virtude ser uma Associação sem fins lucrativos.

Requerente: Centro Popular de Cultura e Recreio de Casalinho

Para Deliberação:

Ponto 8 – Proposta de aceitação de doação de um veículo pesado, da marca Volvo, modelo FH16-62RL-71P, de matrícula 83-93-TB, com o valor de €10.800,00 e de um reboque com a matrícula L-



145108 7, marca Chereau, com o valor de € 1.500,00

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e dezasseis minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:

ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia 08 de Fevereiro de 2018, com um total de disponibilidades de 144.984,75€.

PROPOSTA DE ATA N.º 01/2018 - RC REALIZADA DIA 12 DE JANEIRO 2018

A Srª Vereadora Sónia Sanfona propõe que, nas linhas 16 e 17 da página 10, onde se lê “Unidade de Cuidados Continuados” passe a ler-se “Unidade de Saúde Familiar”.

Posta à votação, foi a ata aprovada por unanimidade, com a alteração sugerida pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona.

PROPOSTA DE ATA N.º 02/2018 - RC REALIZADA DIA 29 DE JANEIRO 2017

Não houve intervenções.

Posta à votação, foi a ata aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Câmara deu de seguida a palavra aos Vereadores.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona deu início à sua intervenção perguntando qual o ponto de situação em relação às reuniões efetuadas e a efetuar sobre o assunto dos CTT e qual o resultado das que já se realizaram. Referiu-se ao ranking das escolas, sabendo que este assunto não é uma responsabilidade direta do Município, embora seja, na sua opinião, um tema que não foge àquilo que devem ser as preocupações que o Município deve ter em relação à sua comunidade, sobretudo à comunidade mais jovem. Mencionou em particular, o resultado dos exames nacionais, reconhecendo tratar-se de um critério estreito, que compara escolas públicas com escolas privadas



e escolas em espaços geográficos diferentes e com características sociais igualmente diferentes. Considerou que o que é comparável são as escolas públicas em territórios relativamente semelhantes em termos sociais, demográficos e até económicos. Neste sentido referiu o mau lugar que a nossa escola, no ensino secundário, ocupa naquela tabela, sendo preocupante porque sistematicamente a posição da escola é baixa. Tendo em conta esta situação, sugeriu a criação de um projeto educativo municipal, que motive os jovens para a defesa do património endógeno do concelho através de protocolos celebrados com a escola e que seja uma matriz de um projeto de integração de desenvolvimento social mais lato. Mencionou como exemplo a formação de um cluster para a agro-indústria que se adequasse ao nosso território e à Zona Industrial e que potenciase a ocupação em empresas na área da agricultura. Realça que esta pode ser uma opção que pode motivar a escola para projetos que extravasem as áreas curriculares e que prepare os alunos para outra realidade, que introduza criatividade e uma outra forma de ver a educação, virada para o queremos que seja a nossa comunidade. Acrescentou que todas estas questões podem ser relativas, mas que podem ser melhoradas, sobretudo na área da oferta educativa, quando houver uma infraestrutura mais preparada e com melhores condições, reconhecendo que as atuais condições físicas dos edifícios não são as melhores nem as mais propícias para se aprender. Acrescentou ainda que há outras opções que podem ser trabalhadas entre o Município e a Escola, dando como exemplo a sugestão de a Câmara propor, em determinados períodos da vida escolar e do crescimento dos jovens que sejam adequados para criar determinados hábitos, visitas de estudo a indústrias, fábricas, hospitais, laboratórios, etc.. Considerou que existem na região um conjunto de ofertas a vários níveis que podem suscitar nos jovens um outro tipo de interesse e que quer a Escola, quer o Município podem ajudar a apontar alguns caminhos. Não estando satisfeita com os resultados da escola no ranking, acha que o Município pode ajudar a inverter esta situação, através de um projeto que envolva a Escola, a comunidade e o Município. A Sr. Vereadora congratulou de seguida o Executivo Municipal, pela nomeação, em regime de substituição, do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. Para terminar, solicitou informações sobre o terreno em frente à Igreja Paroquial, que era usado como parque de estacionamento. Perguntou o porquê do seu encerramento e porque foram os serviços da Câmara a vedar o espaço, tratando-se, como tem conhecimento, de um terreno privado.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador António Moreira, que solicitou também



informações sobre o terreno usado como estacionamento, já referido. Sugeriu mais atenção ao Complexo Desportivo dos Patudos, a necessitarem de manutenção e referiu também o estado dos caminhos pedonais, que necessitam de reparações.

O Sr. Presidente da Câmara começou por responder às questões colocadas, referindo-se ao ponto de situação das reuniões com os CTT. Afirmou que os contactos com a Administração dos CTT e outros organismos continuam a decorrer. Assim, ainda esta semana, na passada segunda-feira, dia 5 de Fevereiro, houve uma reunião com a Administração dos CTT, em conjunto com outras autarquias, do concelho de Loures, Seixal, Odivelas e de várias Freguesias, onde esteve também representada, para além da Câmara, a Junta de Freguesia de Alpiarça. Sublinhou que o pedido para esta reunião foi subscrito por mais autarquias, atingidas pela intenção dos CTT de encerrar estações de correio, mas que não puderam estar presentes. Informou que será marcada nova reunião, para discutir em concreto a situação da estação de correios de Alpiarça. Estão pedidas reuniões com o Secretário de Estado do Planeamento, com a ANACOM e com a Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República, esta já agendada para 20 de Fevereiro. Na reunião com a Administração foi transmitida a necessidade de manter o serviço e até melhorar, tendo sido também colocada com alguma insistência pelas autarquias presentes, que não faz qualquer sentido querer encerrar estações de correio que dão lucro a uma empresa, que distribui cerca de setenta milhões de euros de dividendos pelos seus acionistas, e que é concessionária de um serviço público, essencial às pessoas. Tratou-se de uma reunião essencialmente para discutir questões de princípio, do que é a obrigação fundamental daquela empresa privada mas que já foi pública, também com alguns problemas e encerramentos de estações, que no essencial funcionava relativamente bem e igualmente com resultados positivos que contribuíam, na altura, para o orçamento de estado. Foram reiterados os problemas das populações criados com a possibilidade de encerramento das estações, que no caso do nosso Concelho trata-se da única estação de correios, e transmitidas as suas exigências no sentido de manter o serviço. Para esta reunião foram ainda convidados os eleitos e população dos concelhos e freguesias atingidos, que marcaram presença, junto à estação dos CTT, enquanto decorria a reunião. Realçou que, no caso particular de Alpiarça, foi reafirmado que o serviço deve continuar a ser assegurado pelos CTT diretamente, pelos seus funcionários, pelos seus trabalhadores, com os seus conhecimentos e que estão obrigados a um conjunto de deveres deontológicos profissionais.



Acrescentou também que irá ser analisado juridicamente, se a empresa pode subconcessionar serviços a terceiros. Foi ainda dito que a própria ANMP, Associação Nacional de Municípios Portugueses, manifesta preocupação pela forma como este processo se está a desenvolver. Em relação ao ranking das escolas, acha que este mede realidades e contextos muito diferentes, que não são comparáveis e afirmou que o próprio universo de incidência é diferente, dando como exemplo o número de alunos submetidos às provas. Sublinhou que há escolas que podem escolher os alunos que vão a exame e que, neste caso, fala-se sobretudo na diferença entre escolas públicas e privadas. No entanto disse que as questões educativas preocupam tanto o município como a própria escola. Referiu as oscilações que todos os anos existem nas classificações das escolas e que isso também acontece com a nossa. Disse que a avaliação destas questões é feita pelo Conselho Pedagógico e transmitiu que há no Conselho Geral do Agrupamento, grupos de trabalho para tratar destas situações e que, neste caso em particular, será feita a necessária análise, sendo neste organismo que quer a Câmara Municipal quer a própria comunidade representada, tem a possibilidade de se debruçar sobre este assunto e dar a sua opinião. Admitiu que esta é também uma questão para discussão e análise no Conselho Municipal de Educação. Admitiu ainda que pode ficar uma perspetiva de uma maior intervenção por parte do Município, embora mostre alguma resistência, sobretudo por uma questão de princípio. Acha que o atual modelo, tal como está é bastante equilibrado e permite uma intervenção, quer das autarquias, quer do movimento sócio-cultural, no Conselho Geral, e que o essencial das políticas educativas cabe à Escola, a partir de uma matriz nacional ou regional, se existissem regiões administrativas. Deu a sua opinião sobre as visitas de estudo referidas pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona, discordando da forma como foi apresentada, sublinhando que esta é uma questão, sobretudo, da escola, entendendo que a comunidade intervém aquando da definição do Plano Anual de Atividades, onde estas são programadas para o ano letivo e aprovadas em reunião do Conselho Geral. Transmitiu que o processo das obras de reparação da escola está quase parado, embora haja pressão dos municípios para o seu desenvolvimento, devido essencialmente a questões burocráticas do financiamento dos programas operacionais. Recentemente houve algum desenvolvimento para desbloquear a situação, esperando-se que se conclua o mais rapidamente possível. Mencionou, ainda em relação ao ranking das escolas, que o nosso Agrupamento apresenta, no ensino secundário, diferenças de poucas décimas em relação a escolas vizinhas e nos outros níveis do ensino, não está assim tão mal



classificado; no entanto não fecha portas a uma eventual colaboração, no sentido de melhorar alguns aspetos da área educativa. Em relação ao Complexo Desportivo dos Patudos, observou que as questões de manutenção são colocadas todos os anos e cada vez com maior dificuldade por parte das autarquias. Reconheceu que há aspetos que necessitam de uma melhor manutenção, algumas com intervenções de fundo que agora não são comparticipadas, mas bastante onerosas, ao contrário da data da sua construção, construídas com apoios muito vantajosos. Refere um conjunto de equipamentos com muita utilização, cuja manutenção tem, ao longo dos anos, gastos muito superiores ao custo da comparticipação do município, na altura em estes foram construídos de raiz. O Sr. Presidente da Câmara passou de seguida a palavra aos Srs. Vereadores do Executivo. O Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira esclareceu, em relação ao terreno que era usado como parque de estacionamento, que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, proprietária do terreno, pretende vender o mesmo e alega que o uso do espaço não é favorável a um possível negócio. O banco pretendia inclusivamente vedar o terreno e a Câmara Municipal disponibilizou os seus serviços e colocar bolas idênticas às já existentes no local, de modo a manter um impacto visual aceitável. Entretanto, como o Município estava a intervir naquela zona e a colocar floreiras, de acordo com um entendimento com a IP, Infraestruturas de Portugal, que envolveu também a pintura da passadeira junto à Igreja, entendeu por bem embelezar o espaço com a colocação de mais duas. Informou que, relativamente às luminárias da estrada do Vale Félix, mencionadas na reunião anterior pelo Sr. Vereador António Moreira, as mesmas já têm tecnologia LED, de baixo consumo e, por isso, estão todas ligadas.

Voltou a intervir a Sra. Vereadora Sónia Sanfona para dizer que, na sua opinião, a Câmara deveria ter esclarecido a situação relativamente ao espaço usado como parque de estacionamento em frente à igreja, de modo a evitar polémicas e interpretações incorretas. Acrescentou que o município, em consequência do fecho daquele espaço, deve dar uma maior atenção ao parque de estacionamento subterrâneo, com uma manutenção mais cuidada, sobretudo ao nível da limpeza e da segurança, com a introdução de uma ou duas câmaras de vigilância. Ainda em relação à escola pergunta se a Câmara tem alguma proposta em relação ao que quer fazer, se passa pela construção de novos blocos, se passa pela manutenção dos atuais, o que está previsto em termos de alterações, se vão ser criadas mais salas, se as salas vão ter climatização, enfim o que está previsto fazer. Referiu-se novamente à questão dos Rankings, dizendo que cerca de noventa por



cento dos alunos do secundário recorrem a explicações fora da escola para melhorar os seus resultados escolares, sublinhando que a comunidade em geral, tenta sugerir a alteração de alguns procedimentos, que, na sua opinião poderiam ajudar a melhorar alguns aspetos da escola.

O Sr. Presidente mencionou aqui, que há um conjunto de medidas implementadas e a implementar no que diz respeito ao sucesso educativo. Referiu como exemplo o Projeto de Promoção do Sucesso Educativo, comum na sua estrutura aos municípios da lezíria do Tejo, com uma candidatura já apresentada e que brevemente terá o seu início com a colocação de técnicos especializados nas escolas, para promover precisamente o sucesso educativo.

A Sra. Vereadora continua a sua intervenção, dizendo que as atividades propostas no início do ano, designadamente as visitas de estudo, têm origem nas propostas de alguns professores, sublinhando que os alunos só têm visitas de estudo se houver iniciativas dos professores e elas forem incluídas no Plano de Atividades da escola, e que, se houver docentes que não tomem essa iniciativa há alunos que não têm visitas de estudo, havendo nestes casos uma discriminação que não é positiva. Na sua opinião esta questão é também, uma opção de políticas educativas. Acha que as visitas de estudo não podem estar dependentes dos professores, mas sim da política educativa da escola, que também deve ser influenciada positivamente pelo Município.

Interveio de seguida o Sr. Vereador António Moreira, para sugerir que, em relação ao Complexo Desportivo dos Patudos, fosse afetado um jardineiro que estivesse permanentemente naquele espaço. Referiu-se ainda às luminárias da estrada do Vale Félix, reafirmando que continua a não fazer sentido todas as luzes estarem ligadas naquele local.

O Sr. Presidente afirmou que, no caso do parque de estacionamento subterrâneo, procurar-se-á manter o espaço sempre em boas condições. Em relação às obras na escola disse que o que se pretende fazer é uma recuperação global do espaço, tendo já o Município feito um levantamento de necessidades e havendo também um levantamento elaborado pela DGEST. Pretende-se substituir todas as coberturas e para além da recuperação geral dos edifícios há a possibilidade de construção de um novo bloco, que poderá ter um auditório e mais salas de apoio para professores e alunos. Estarão também previstos aspetos na área da climatização, sujeitos a uma candidatura na eficiência energética, de forma a obter o mérito desejável, para que seja aprovada. No global o projeto de recuperação da escola terá um valor aproximado de dois milhões de euros. Sobre as visitas de estudo, o Sr. Presidente continua a achar que esta é uma questão que tem de ser



discutida na escola, com a Direção, com as turmas, com os diretores de turma e que não é uma situação que, na sua opinião, tenha influência nos rankings. Realçou que, quanto melhores forem as condições ao nível de equipamentos e infraestruturas, potencialmente melhores serão os resultados dos alunos, havendo um outro conjunto de fatores que influenciam os rankings, que não são facilmente alteráveis, sobretudo devido a estruturas muito formalizadas. Reafirmou que as autarquias estão a dar alguns passos na área da educação, mencionando como exemplo, o projeto para a promoção do sucesso educativo, que tem motivado alguma discussão na Comunidade Intermunicipal. Houve inicialmente algumas reservas, considerando que se poderiam estar a transferir para os municípios mais responsabilidades sem as devidas atribuições e com os ónus sociais e políticos que daí advêm, com as populações a responsabilizarem os municípios por áreas que não são da sua competência própria. Sobre a opinião do Sr. Vereador António Moreira em relação ao Complexo dos Patudos, o Sr. Presidente também acha que o ideal seria ter um jardineiro para cada espaço verde, o que já aconteceu em tempos, e lembra que , quando era vereador, nos anos dois mil e cinco, dois mil e seis, dois mil e sete, a Câmara tinha nos serviços exteriores, talvez o dobro dos trabalhadores que tem hoje, e já não havia facilidade de resposta, ao ponto de se ter concessionado esses serviços a uma entidade externa.

O Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira afirmou, em relação ao parque subterrâneo, que sempre o usou, nunca sentiu qualquer insegurança e acha que o encerramento do parque frente à igreja não tem grande influência no estacionamento noturno. Quanto à questão das luminárias afirmou que quando deu a justificação sobre este assunto não era para convencer o Sr. Vereador António Moreira e lembrou que a iluminação publica é para as pessoas circularem de noite nos arruamentos, em condições de segurança.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 - Agradecimento pela oferta de 8 Kg de Bolo Rei aos utentes da Instituição

Requerente: Fundação José Relvas



Para conhecimento:

Não houve intervenções. Foi dado conhecimento.

Ponto 2 - Pronúncia escrita da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sobre situação dos CTT.

Requerente: ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Para conhecimento:

O Sr. Presidente fez a leitura da Pronúncia escrita da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre situação dos CTT.

Não houve mais intervenções. Foi dado conhecimento.

Ponto 3 – Despacho de nomeação em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 1 de fevereiro de 2018 inclusive, do Dr. Nuno Miguel Tendeiro Paulino, para o cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para conhecimento:

O Sr. Presidente da Câmara mencionou que este cargo foi exercido, desde finais de dois mil e oito, pela Dra. Maria do Céu Augusto e realçou o seu profissionalismo e forma com exerceu as suas funções, ao longo deste anos. Afirmou que foi, até agora, a única Chefe de Divisão com que este Executivo trabalhou, que o fez com lealdade e sublinhou uma vez mais o seu profissionalismo. Terminou esta intervenção desejando as melhoras para o seu problema de saúde.

Interveio o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para dizer que este despacho de nomeação vem na sequência do fim do exercício de funções por parte da Dra. Maria do Céu Augusto, que terminaram a dezanove de dezembro. Transmitiu ainda que foi nomeado como Chefe de Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição, o Dr. Nuno Paulino, que depois de lhe ter sido endereçado o convite, aceitou. O Sr. Vereador disse que o Dr. Nuno Paulino tem larga experiência nesta área e vinte anos de serviço, reúne as condições e o tem o perfil necessário para desempenhar este cargo. Afirmou também que esta nomeação é feito por noventa dias, tendo depois que se abrir um processo concursal para ocupação do cargo.

O Sr. Vereador António Moreira registou com agrado que a situação se tenha resolvido com rapidez



e aproveitou para agradecer à Dra. Maria do Céu Augusto os serviços prestados à autarquia e a si próprio, enquanto Vereador. Desejou também felicidades ao Dr. Nuno Paulino, para o desempenho das suas novas funções.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona associou-se às palavras de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Dra. Maria do Céu e desejou-lhe rápidas melhoras e a sua recuperação, tratando-se de uma pessoa profissionalmente competente, a quem deve ser reconhecida a dedicação e a disponibilidade que demonstrou no desempenho das suas funções. Deixou também uma palavra de alento e satisfação pela nomeação do Dr. Nuno Paulino, uma pessoa que conhece bem o Município e que trabalha nesta área há muito tempo. Registou o facto de se depositar a confiança num alpiarcense, que fez toda a sua carreira em Alpiarça e no Município.

O Sr. Presidente desejou também felicidades ao Dr. Nuno Paulino.

Não houve ,mais intervenções. Foi dado conhecimento.

Ponto 4- Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Museologia)

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Janeiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos interveio para dizer que este e o ponto seguinte têm a ver com a anulação de procedimentos concursais, que foram abertos por deliberação do Município e da Assembleia Municipal. Afirmou que desde o início de dois mil e dezassete o Governo tem intenção de normalizar a situação de um conjunto de trabalhadores precários ao nível da administração central e local, tendo-se no entanto, por precaução, avançado com os procedimentos concursais. Entretanto a vinte e nove de dezembro surgiu a lei cento e doze de dois mil e dezassete, que veio estabelecer os termos da regularização extraordinária dos vínculos precários, por pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam às necessidades permanentes da administração pública. Informou que há uma pessoa a exercer funções no Município na área da museologia, em regime de prestação de serviços e que se encontra abrangido pelo âmbito desta lei, uma vez que exerce essas funções precárias há mais de



sete anos. Por via da regularização extraordinária supra referida ficam satisfeitas as necessidades permanentes do serviço, verificando-se assim inoportunidade de prosseguir com o processo concursal referido, considerando que existe um lugar aberto no quadro de pessoal, e daí a necessidade da anulação do concurso.

A sra. Vereadora Sónia Sanfona pergunta se existem vagas no quadro de pessoal do Município, uma para Técnico Superior de Proteção Civil e outra para Técnico Superior na área da museologia, e quais as designações efetivas desses lugares. A Sra. Vereadora mencionou que, pelo menos em relação a um concurso tem conhecimento que houve um conjunto de reclamações que não tiveram resposta dentro dos prazos legais e se, nestes casos, havendo a expectativa de alguns candidatos, a situação está devidamente salvaguardada.

O sr. Vereador João Pedro Arraiolos, em resposta às questões colocadas, disse que os lugares estão definidos no quadro, quer para o museu, quer para a proteção civil. Em relações às reclamações acha que não terá qualquer impedimento, uma vez que o próprio procedimento que se reclama será anulado e não haverá qualquer outro tipo de implicações. Explicita que há um processo concursal que é anulado, sendo esta uma operação frequente na função pública e nas próprias autarquias, e posteriormente há o cumprimento de uma lei, que se destina a não aumentar a despesa pública e a regularizar a situação de um conjunto de vínculos precários existentes.

Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos vereadores do Partido Socialista. Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 5 - Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Proteção Civil)

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Janeiro de 2018

Para Deliberação:

Não houve intervenções. O ponto foi aprovado por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos vereadores do Partido Socialista. Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 6 – Proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas



do Município de Alpiarça, para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, nos termos da lei 73/2013 de 3 de setembro

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos clarificou o ponto, tratando-se de nomear os revisores de contas, nos termos da lei, responsáveis pela certificação legal das contas do Município, tendo sido contratado para o efeito a entidade “Marques, Cruz e Associado, SROC, Lda), que deverá ser aprovado em Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara.

Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos vereadores do Partido Socialista. Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 7 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um baile de máscaras, no Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho, sito na Rua 25 de Abril, nº 126, Casalinho, em Alpiarça, com início às 21h00 do dia 9 de fevereiro de 2018, e termo às 02h00 do dia 10 de fevereiro de 2018.

Solicita isenção de pagamento de taxas, em virtude ser uma Associação sem fins lucrativos.

Requerente: Centro Popular de Cultura e Recreio de Casalinho

Para Deliberação:

Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 8 – Proposta de aceitação de doação de um veículo pesado, da marca Volvo, modelo FH16-62RL-71P, de matrícula 83-93-TB, com o valor de €10.800,00 e de um reboque com a matrícula L-145108 7, marca Chereau, com o valor de € 1.500,00

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos explicou que a Câmara Municipal é o órgão competente para aceitar doações e, por isso, terá de ser aprovado em reunião de Câmara. Informou ainda que estes veículos destinam-se aos Bombeiros Municipais. Respondendo a uma pergunta do Sr. Vereador António Moreira, confirma que, com base na deliberação, será passada uma declaração ao doador.



Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções do público.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de apoio à Presidência, a redigi e assino.